

AMBIENTES E FERRAMENTAS PARA A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ARQUIVO

ENTREVISTA COM MARCIA PAZIN VITORIANO¹

Originalmente oriunda do Departamento de História da USP, fiz bacharelado e licenciatura em história, com a ideia inicialmente de ser professora dessa disciplina. Tomei contato com o mundo dos arquivos no último ano de faculdade, numa disciplina optativa que existia na ECA (Escola de Comunicação e Artes), Introdução à Organização dos Arquivos, com a professora Johanna Smit. Tive aulas com a professora Heloísa Bellotto também. E aquilo abriu um mundo que eu não tinha ideia que existia.

Estagiei numa empresa de consultoria no começo da década de 1990, e, nos anos seguintes, passei a atuar em projetos de consultoria de implantação de arquivos, de sistemas de arquivos etc, e nunca mais parei de trabalhar nessa área. Durante muitos anos eu trabalhei com consultoria, primeiro para empresas, como contratada; depois acabei tendo a minha empresa de consultoria, anos depois. No final dos anos 1990, eu fui fazer a especialização no IEB (Instituto de Estudos Brasileiros, da USP), e acabei emendando o começo do movimento na área acadêmica, no mestrado, lá no Departamento de História também, mas na área de Arquivologia com a professora Heloísa Bellotto.

Comecei a dar aulas no curso de extensão na PUC (Pontifícia Universidade Católica), “Introdução à Política e ao Tratamento dos Arquivos”, e acabei indo dar aulas no IEB da USP.

A partir de 2004, ministrei aulas na pós-graduação no IEB, e na pós-graduação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Depois do doutorado, prestei o concurso para a UNESP (Universidade Estadual Paulista), onde hoje sou docente, desde 2014, no curso de graduação em Arquivologia, e no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação.

Atividade das mais remotas, e formação científica recente



A Arquivologia é uma área de conhecimento ainda em construção no Brasil. Os primeiros cursos começaram no nível de pós-graduação, no Rio de Janeiro, a partir da atuação do Arquivo Nacional. É assim que a Arquivologia, em nível de graduação e pós-graduação chega ao Brasil. Pela necessidade de profissionais habilitados para trabalhar na área. Porém, o primeiro curso em nível de pós-graduação que houve no Brasil foi o Curso do Arquivo Nacional, que, aliás, inspirou o IEB a criá-lo também aqui em São Paulo. Há um debate se Santa Maria (RS) foi o primeiro. Eu entendo que sim, Santa Maria (UFSM-RS) foi o primeiro em graduação.² Mas, de fato, o Arquivo Nacional foi o primeiro justamente por causa disso, pela necessidade de formar efetivamente os seus quadros, que muitos vinham das áreas de História e Ciências Sociais.

Eu vivi essa situação aqui em São Paulo, profissionalmente. Quando eu me formei, me graduei na Universidade e caí no mundo dos arquivos, literalmente. Foi um acidente, um estágio que virou um emprego, do qual eu nunca mais saí; nós não tínhamos nenhum tipo de formação acadêmica no Estado de São Paulo, em nível de graduação. Já havia o curso do IEB, na USP, e estavam começando algumas iniciativas para a formação no Interior, na Unicamp; a própria PUC tinha essa formação em nível de extensão. Mas a gente não tinha essa estrutura. E o que acabava acontecendo, era que a necessidade profissional de aplicação dos conhecimentos teóricos arquivísticos nos obrigava a estudar. E isso parece ser a tradição da Arquivologia, a existência de arquivos remonta à Antiguidade. Então, em escavações no mundo antigo, você tem arquivos. A pragmática do arquivo existe desde tempos quase na pré-história. A definição de História vem um pouco disso, de o ser humano ser capaz de registrar com o objetivo de registro, a vida em sociedade, fixar isso.

¹ Entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2021, por Marcelo Chaves. Gravação / Coordenação técnica de Solange Moraes.

Transcrição de Márcio Amêndola de Oliveira. Edição de Marcelo Chaves. Revisão: Márcio Amêndola de Oliveira.

² Tendo iniciado sua turma em 1977, o curso de Arquivologia na UFSM (RS) foi reconhecido pela Portaria Ministerial n. 076/81, publicada no DOU, de 20/01/81 e Portaria n. 36/2017/MEC, publicada no DOU, de 18/01/2017. Informação extraída em 25 de fevereiro de 2021, de <https://bit.ly/3uwhK9z>.

Empiria e pragmatismo



Essa influência do pragmatismo fez com que a formação profissional em Arquivologia tivesse – e aí você entenda a minha colocação – uma perspectiva empírica e prática muito forte, e uma influência do pragmatismo enquanto ramo filosófico, enquanto teoria, também muito forte.

O que acabou acontecendo? A formação do arquivista acabou ganhando um viés técnico que foi bastante representativo no início da formação; é bastante representativo do ponto de vista da aplicação prática, na atuação do arquivista; e eu sinto que, em muitas situações, às vezes existe uma tendência, obviamente não por parte dos cursos em si, mas por parte do ambiente profissional, de deixar essa abordagem técnica se sobrepôr à abordagem teórica, científica da área, como área do conhecimento.

Então o que acabou acontecendo é que, com a existência de cursos superiores, a existência de cursos de pós-graduação, no Brasil especificamente, nos últimos 50 anos vem se tentando construir esse arcabouço teórico próprio nacional. Nós tivemos muita influência de fora, mas tudo isso vai construindo uma Arquivologia brasileira, realmente.

Só que isso tudo leva tempo, você incorporar teoria, incorporar reflexão teórica, essa percepção da construção, e das questões da filosofia, e da teoria que vão ser representadas na prática profissional. Requer um tempo para conseguir amadurecer; e você também tem um tempo de necessidade da própria área se reconhecer nos seus elementos filosóficos e teóricos; isso tudo vai sendo construído.

Então, o que eu vejo no Brasil, ainda hoje, é que nós estamos nesse processo, neste caminho para construir uma arquivologia teórica, fundamentada em filosofia e teoria brasileiras, realmente brasileira, mas ainda estamos nesse processo de fazer essas adaptações. E o contrário também é muito importante. A sociedade como um todo, e os profissionais em primeiro lugar, precisam conseguir fazer essa ligação da prática para a teoria; da prática para essa percepção dos fundamentos teóricos que estão por trás, de uma maneira mais consistente.

Sobre a formação acadêmica dos arquivistas no Brasil: currículos em permanente construção



Dos 16 cursos de arquivologia no Brasil, a grande maioria ainda não tem 20 anos de criação. O curso da Unesp de Marília (SP) foi criado em 2003, ano de início da primeira turma. Estamos fazendo 17 anos de criação do curso. Nós temos um conjunto grande de Universidades Federais que implantaram cursos mais ou menos nesse período, a partir de 2001, portanto, há cerca de 20 anos. Cursos por conta do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), de todo um contexto da época, que foi propício a esse desenvolvimento.

Eu diria que nós tivemos dois momentos na criação desses cursos. O primeiro momento foi justamente a criação nesse segundo pacote aí, pois os primeiros cursos eram mais tradicionais, já tinham uma perspectiva, e algumas escolhas teóricas de currículo que já eram mais tradicionais. E aí vem esse grupo grande de cursos sendo criados, muitos deles em departamentos de Ciência da Informação, portanto dividindo espaço com a Biblioteconomia; então, temos situações em que os primeiros professores efetivos de cursos de Arquivologia na verdade eram bibliotecários, muitos deles com atuação em arquivologia. E a gente sabe que, apesar da aproximação do contexto do documento às duas áreas, são áreas muito distintas, são perspectivas muito diferentes, teóricas e tudo o mais.

Em um primeiro momento, tivemos a construção inicial dos cursos nessa situação política em que você precisava garantir a criação com os recursos que havia no momento. O que acabou acontecendo? A forma com que eles surgem acaba criando um curso que é muito adaptado às possibilidades daquele momento. Então a gente tinha muitas disciplinas das ciências, entre aspas, da Ciência da Informação, que eram aplicáveis à Arquivologia, mas que também poderiam ser aplicadas à Biblioteconomia, e esses professores tentando administrar isso.

Vou dar um exemplo aqui de São Paulo. Naquele primeiro momento era um currículo bem enxuto, que tentava levar a cabo algumas coisas: primeiro uma formação básica curricular, que a gente chamaria de formação geral, em teorias gerais de apoio à Arquivologia: História, Direito, Administração, que são necessárias. Em segundo, os conhecimentos técnicos da área mesmo, chamadas de núcleo duro, como as disciplinas formativas de classificação, gestão de documentos, descrição arquivística, diplomática, depois de um tempo, avaliação documental, e outras disciplinas nesse sentido. E depois, vem a preocupação com tecnologia.

Só que nós tínhamos o seguinte problema com a tecnologia, que é a ausência de profissionais suficientemente habilitados para esse início do processo. Estamos falando do começo dos anos 2000. A partir dos anos 1990, houve um boom enorme das tecnologias em todos os âmbitos da sociedade. Então a configuração mudou muito rapidamente.

O impacto das novas tecnologias



Gradativamente esses cursos foram sendo criados e se estabelecendo; a estrutura curricular foi sendo modificada. Nós vamos implantar em 2021 aqui em São Paulo o terceiro currículo do curso, sendo que o primeiro currículo era bem mais enxuto, mais simples; em 2012, quando fizemos uma reestruturação curricular, aí começou uma divisão que segue até hoje, que a maioria dos cursos segue, que é em áreas de conhecimento; então, você tem uma grande área de ciências que são próximas, ou que têm inter-relação com a Arquivologia, uma área de formação geral, com as disciplinas do Direito, da História, de Comunicação, de Ciência da Informação em geral; uma área das disciplinas teórico-práticas e aplicadas da Arquivologia propriamente dita, como a classificação, a avaliação, toda a formação nas atividades efetivas, técnicas da área. Depois, você tem aí todo um módulo voltado para a gestão, porque nós somos profissionais da gestão; desde a gestão de documentos, nos arquivos corrente e intermediário, até o arquivo permanente, nós temos que gerenciar, planejar essas ações.

E um quarto módulo grande, que é o módulo das tecnologias efetivamente, e que a partir de dez, quinze anos atrás, começou a se configurar dentro das áreas que nós efetivamente usamos. Então, aqui na Unesp houve uma discussão muito forte sobre a autenticidade digital, sobre os sistemas de gestão, os sistemas de negócios e o seu reflexo na atuação dos arquivos, e nos documentos de arquivo; a gestão dos documentos digitais, que perpassa por tudo isso, a questão da arquitetura da informação, que vem sendo construída ao longo dos anos, os repositórios digitais, gerenciamento eletrônico de documentos. Todas são abordagens de ferramentas e de conceitos que a tecnologia trouxe para a área. E, também, a questão da pesquisa, que é onde isso tudo vai se alimentando. Então essas cinco áreas, de formação geral, essa área da ciência arquivística, realmente, da gestão, das tecnologias e a pesquisa, formaram esse escopo básico que todos os cursos têm de alguma forma implantado, tentando criar e implementar melhorias dentro desse conceito, de que essas cinco áreas de atuação são importantes, grandes áreas de conhecimento, são relevantes, e precisam receber atenção específica em cada uma delas.

Entre o academicismo e o praticismo



Por outro lado, quais são os riscos disso? É um risco que a gente corre muito, por sermos uma ciência social aplicada. É o risco da 'academicização' por um lado, e do excesso do pragmatismo, de outro. Encontrar o meio termo entre essas duas coisas tem sido realmente uma dificuldade.

Nós temos que ter clareza, e eu vi isso em algumas ocasiões, de que o ambiente acadêmico fornece uma formação básica, mas que ela não pode e nunca vai ser completa para o aluno. Os alunos às vezes reclamam: – *Ah, sinto falta de experiência prática*. E onde falta a experiência prática? Em todo o curso de graduação se fala da falta de experiência prática. Eu brinco com eles, de que você sai prontinho para começar... tudo de novo! Porque teve toda aquela teoria, obviamente uma área em que o importante em todos os cursos são os estágios; todos os cursos hoje em dia têm uma preocupação com o estágio obrigatório, com a atividade prática; então, isso é muito importante para sair dos muros da universidade, mas você tem essa limitação.

Da paleografia à velocidade da tecnologia



Às vezes recebemos dos alunos a cobrança de que o curso seja só baseado em prática, que a teoria não é relevante, por se tratar de uma ciência social aplicada, por ter uma aplicação na sociedade. De vez em quando, alunos que têm uma preferência por gestão de documentos, por essa atividade mais administrativa, reclamam, por exemplo das aulas de paleografia:

– *Porque paleografia é um negócio antigo, para documentos antigos, o Brasil só tem 500 anos, a gente não vai trabalhar com documentos antigos.*

E a pessoa não consegue perceber que no momento em que está tendo aulas de paleografia, está tendo contato com percepções administrativas e com documentos administrativos que vai ler, de um outro tempo, que podem trazer concepções diferentes da que está vendo naquele momento, e que pode abrir a cabeça, independentemente da leitura paleográfica que vai fazer.

Essa capacidade de visualizar, normalmente o aluno não tem. Então, a gente tem que ficar puxando, e sempre mostrando: – *Olha, tem os dois lados, e os dois lados são importantes.* Tudo isso, eu acho que tem origem justamente nessa pragmática da área, do início da formação da área, do início da operação, do desenvolvimento, das técnicas principalmente, que é o que chega ao grande público da área. Então eu vejo que isso é um risco.

E o segundo risco que eu queria citar também é a questão do desenvolvimento tecnológico. Nós estamos sempre correndo atrás do desenvolvimento tecnológico. Estar pari-passo com as descobertas que vêm aí, é sempre muito difícil, por ‘n’ motivos, por questões tanto da sociedade, de como a sociedade se desenvolve, como a capacidade que a universidade tem também, de se adaptar a essas modificações, e de responder rápido ao que a sociedade precisa, e ao que as teorias representam às mudanças.

O aparente conflito entre Arquivologia e Ciência da Informação.



Eu acho que é interessante focar um pouco nessa questão. Veja bem, em alguns momentos, em algumas circunstâncias, tendeu-se a dizer que a Arquivologia estava dentro de um guarda-chuva que era o da Ciência da Informação, e que esta é uma espécie de ‘ciência mãe’ de três outras áreas: Arquivologia, Biblioteconomia e a Museologia. É claro que isso é um equívoco. É claro que não é possível que um guarda-chuva exista posteriormente à criação das áreas. A Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia são ciências muito mais antigas do que a Ciência da Informação, que é uma ciência que traz aportes diferentes para a reflexão do que é informação em vários âmbitos, não só nos âmbitos da Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia, mas também no Jornalismo, por exemplo, na Cientometria, em todas as atividades que envolvem a ciência da informação, e a gestão da informação de alguma maneira.

Então, a ideia de que você tem uma teoria da informação, uma gestão da informação, são características que vêm com a ciência da informação, porque nós, como bibliotecários, arquivistas, museólogos não atuávamos nessa perspectiva nesse período anterior, pois estas são ciências da documentação, elas nasceram como ciências de documentos em si, e contemplam a informação.

Essa nova abordagem que a ciência da informação traz inclui esses aportes, ela não se sobrepõe. Nós temos de ter a clareza de que a ciência da informação é mais uma ciência que trata dessas questões que, obviamente, envolvem as três áreas, envolvem as outras três ciências – me permitam chamar a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia de ciências também – para melhorar a capacidade que nós temos enquanto área, de desenvolver isso. E há uma tensão, porque muitas vezes há a tendência de puxar a sardinha para a brasa que lhe convém, sem perceber que o que interessa mesmo é a capacidade que essas áreas têm- e não só sistemas de informação em arquivologia, mas arquivologia e biblioteconomia, arquivologia e museologia- de troca, de conseguir trocar conhecimentos e melhorar a própria área a partir de aportes que vêm de cada uma delas, por leituras diferentes. De sermos capazes de incorporar coisas positivas que essas outras áreas têm, numa palavra que eu acho que é muito importante, que é a interdisciplinaridade, que é o que nós fazemos, o que nós pretendemos fazer.

É preciso superar a situação de desprestígio que sofrem os arquivos



É uma pena isso. Porque na verdade, a ideia do prestígio social, do status social que uma profissão tem é muito refletido do uso que aquela área faz, ou do que ela tem dentro do ambiente social. Você veja, nós temos arquivistas desde a Antiguidade. Uma base da dogmática da Igreja Católica Apostólica Romana é a existência dos seus arquivos secretos. É interessante isso, os arquivos secretos do Vaticano, quando eu era estudante, achava que isso era uma brincadeira, que era um romance; mas eles existem de fato, porque a aplicação do dogma da igreja está registrada em documentos de arquivo que são secretos por natureza, pela concepção da instituição Igreja Católica. Atualmente o Papa Francisco alterou o nome para Arquivo Apostólico Vaticano.

O arquivista do Vaticano tem enorme respeitabilidade em si. Aliás, esse assunto até virou filme, primeiro virou romance, com argumento baseado em possíveis documentos que estariam dentro dos arquivos do Vaticano.³ É um exemplo do mundo do show business, da indústria cultural, do cinema, da literatura, dos blockbusters, ambientado nos arquivos.

Há 20 anos, no começo dos anos 2000, eu trabalhei no projeto de organização do arquivo histórico da Assembleia Legislativa aqui do Estado de São Paulo, com os documentos do Império, organizando o arquivo da Assembleia Provincial. Ali trabalhou o senhor Bráulio, que foi arquivista durante quase quarenta anos no século XIX. Ele era o arquivista responsável pelos projetos de Lei. Se nós temos documentos hoje que são passíveis de pesquisa, foi porque esse profissional passou uma carreira inteira ali dentro do arquivo da Assembleia no século XIX, trabalhando e organizando a documentação. Então, a atividade é essencial, ela existe; o nível de respeitabilidade acaba acontecendo muito em função da capacidade de demonstrar para a sociedade que a área dos arquivos existe.

Ao longo dos anos isso vai fluando um pouco, o status social flutua. E nós estamos num momento de virada, a profissão vai ficando mais conhecida, nós profissionais temos esse papel de torná-la mais conhecida e obter essa respeitabilidade. Em São Paulo, o arquivista era, nos anos 1980, o rapaz que guardava documentos, ponto. A gente que ia estudar, a pessoa perguntava: – *Mas, espera aí, tem que estudar? Tem faculdade? Arquivo... o quê?* A gente sabe que isso acontece.

Reserva de mercado para arquivistas é polêmica



Sobre a questão da profissão do arquivista eu separei em dois aspectos: na profissão, e na universidade. É polêmica mesmo a pergunta, este é um tema polêmico por excelência. A primeira coisa, eu acho que a gente tem que separar a necessidade da profissão no âmbito da administração em geral, seja pública ou privada. Existe uma grande necessidade de profissionais de arquivo no âmbito público e privado das organizações; sejam elas organizações em operação para a gestão de documentos, quanto nas instituições de preservação. Existe uma grande necessidade.

Mas, por outro lado existe uma capacidade de atendimento da demanda pelas universidades que é muito baixa. Nós temos 16 cursos operando efetivamente, com uma média de 40 vagas por curso, que em alguns cursos passa de 100 vagas; aqui em São Paulo são 30 vagas. Ou seja, temos uma média de 20, 25 formandos por ano na Unesp. E uma área que forma uma média de uns 600, 700 arquivistas por ano, no máximo. Por sua vez, o Brasil precisaria de milhares e milhares de arquivistas para conseguir dar conta das necessidades. Nós temos uma demanda que seria muito maior e não conseguimos atingir essa demanda. Os arquivos continuam existindo, continuam crescendo, continuam sendo implantados.

E aí, primeiro eu acho que é uma ilusão achar que a reserva de mercado seja suficiente. Porque senão, você vai limitar um volume enorme de instituições a não ter arquivistas; isso é um primeiro problema.

³ *Anjos e Demônios*, livro do Dan Brown (2000), que foi transformado em filme em 2009, com direção de Ron Howard e Tom Hanks no papel do Professor Robert Langdon.

O segundo problema é que os cursos estão concentrados em alguns locais, normalmente capitais e grandes cidades, e a gente precisa de arquivistas no Brasil inteiro, espalhados pelo interior, principalmente. Então precisa haver também uma interiorização da profissão para conseguirmos começar a atender mais cidades, mais empresas que estejam no interior, mais órgãos que estejam no interior também. Essa diferença entre necessidade de demanda, oferta e demanda, ela acaba sendo muito complicada de atender. E aí é muito complicado; primeiro, você não vai conseguir ter arquivista para todos, o tempo todo, por um tempo ainda. Vai demorar para a gente conseguir formar profissionais de nível superior para todas as áreas. A gente tem que ter clareza de que isso é um processo em construção.

Outra questão: você vai precisar, por essa característica interdisciplinar da área, de profissionais de diferentes formações em todas as ações. Eu preciso ter uma interlocução com um profissional da tecnologia da informação. Eu não posso dizer que o profissional da tecnologia da informação não tem nada a fazer no arquivo; lógico que ele tem! Ele tem – de novo – um aporte de conhecimentos para trabalhar junto com o arquivista, que tem uma responsabilidade gerencial que é muito importante. Assim como o historiador tem um papel muito relevante e importante dentro dos arquivos históricos; porque ele tem essa condição de atender uma série de demandas de pesquisas, de atendimento ao público. Se a gente for levar a ferro e a fogo, até o pedagogo, as outras áreas de formação, os profissionais técnicos das áreas de fotografia, de cartografia, eles têm um papel importante.

Então a interdisciplinaridade é muito importante na área dos arquivos; o que não exige a necessidade do profissional arquivista em quantidade suficiente para realizar aquelas atividades que são representativas. Esse é um lado do problema.

O outro lado é a questão da universidade, dos cursos de formação de arquivistas. Tempos atrás a gente começou a ver muitos concursos em que, obrigatoriamente, o candidato teria que ter formação em nível de graduação em Arquivologia. Eu não questiono a importância do conhecimento arquivístico e de algum tipo de formação arquivística para o candidato a um cargo de docente num curso de formação. Aliás, é absolutamente necessário. Mas eu questiono muito a exigência, a obrigatoriedade de que todos os docentes de cursos de Arquivologia sejam graduados em Arquivologia inicialmente. Porque eu questiono isso? Primeiro porque você não vai conseguir graduados em Arquivologia que tenham a formação para cumprir adequadamente as outras áreas todas. Então, esse profissional de Arquivologia teria que ser especialista também em Tecnologia da Informação, ele teria que ser também historiador, ele teria que ser também, sei lá, advogado, ele teria que ser também administrador. A formação arquivística tem essa característica da interdisciplinaridade; tirar isso da formação em nível de graduação só vem prejudicar a própria formação. É o tal 'tiro no pé'; no momento em que você obriga que essa 'reserva de mercado' aconteça dentro da Universidade, que tem esse nome justamente porque pretende formar um aluno a partir de uma perspectiva universalizante de várias áreas do conhecimento que se encontram, e ali todos os professores serão arquivistas, ora, a gente vai ter um problema também.

Não estou questionando a necessidade de conhecimento arquivístico de todos esses profissionais, mas a profissão original, me parece que não deve ser um fator que impeça a chegada de outros profissionais. Em muitos cursos nós não teríamos docentes em número suficiente, se assim fosse. Um dos grandes benefícios que eu vejo nos cursos de graduação é justamente esse, o convívio entre áreas diferentes que vão conversando e vão trazendo aportes para a Arquivologia; questões e colocações de maneira integrada; eu acho que a integração é importante. Agora, a formação exclusiva, aí realmente é um retrocesso.

Desafios para capacitação de uma multidão de agentes



Vou dividir esta questão entre as instituições arquivísticas propriamente ditas e seus profissionais da instituição arquivística, e o corpo de profissionais da gestão pública em todos os âmbitos. Quando se pretende implantar uma política de arquivos, a partir da Lei de Acesso à Informação, e da lei de Arquivos, que no mês de janeiro deste ano fez 30 anos, quando você pretende fazer isso, a gente tem que ter a clareza de que, para além da legislação, você precisa do envolvimento de outros setores da sociedade. Você precisa ter uma estruturação de processos, métodos, e de uma estratégia para garantir que a formação chegue a esse profissional

que está lá na ponta, e que é quem produz o documento; isso é muito difícil.

Me parece que essa é uma estratégia importante para várias coisas, primeiro para a própria formação desse profissional que está na ponta; nós não conseguiremos ter arquivistas em todas as pontas, e não é necessário; o produtor não tem que ser, ele próprio arquivista, mas ele tem que entender a interface documental que existe na atividade dele, isso é muito relevante. Mas é relevante também para o conhecimento da importância dos arquivos, e para que esse profissional em todas as áreas assuma essa importância e perceba a relevância da política pública.

Uma máxima que a gente tem em políticas públicas é que elas são formadas em dois focos prioritários: pela Lei e pela Sociedade. A lei sozinha não faz política pública sem a sociedade, e vice-versa, a sociedade precisa da legislação.

Mas fazer essa ligação entre o que está na lei, o que foi definido, e a sociedade, é um caminho muito difícil, e passa por essa formação também de todos esses profissionais, inclusive para que eles entendam que a Arquivologia é uma coisa importante, e que precisa de profissionais habilitados. O reconhecimento da área passa por aí, isso é um lado.

O outro lado da questão é a formação das próprias comunidades arquivísticas, dentro destas instituições. Estas sim, precisam de especialização; gradativamente, à medida que os profissionais originários vão se aposentando, os cargos vão sendo criados, as instituições vão crescendo em atividades e tudo o mais, é necessário incorporar profissionais arquivistas formados, graduados, com conhecimentos em várias áreas dentro do corpo de técnicos, o que ainda é uma minoria também.

A política pública só vai funcionar se a gente conseguir associar essas duas coisas: leis que pegam, e uma capacidade da sociedade, tanto de fazer essas leis pegarem, quanto de prover os meios necessários e dar as respostas necessárias ao poder público a isso, para que a política seja realmente implementada. Resumindo, é isso, a política pública é feita com lei e com a sociedade.

O papel das instituições arquivísticas na produção do conhecimento



Bom, vamos lá. A relação entre elas, me parece que é de retroalimentação. A matéria prima da Arquivologia em si, está nas instituições arquivísticas, para a universidade. Então, essa parceria possível da universidade, junto com as instituições arquivísticas de criar um *locus* de operação e de aplicação de tudo o que a universidade diz, é sensacional. Quando conseguimos construir convênios, projetos, parcerias de estágio, de projetos de pesquisa, de desenvolvimento de projetos de extensão e tudo o mais, é maravilhoso e muito necessário.

O *locus* da formação, da construção, da atuação profissional, são os arquivos; então as instituições têm um papel muito importante.

Eu acredito que isso deveria ser assim, mas na prática nós temos poucas iniciativas reais e efetivas, da universidade para o ambiente dos arquivos. O que a gente tem muito são processos de estágio, bolsas de estágio que se concretizam principalmente nas grandes cidades; no Rio de Janeiro isso é uma realidade, em Belo Horizonte isso é uma realidade, em Brasília, principalmente, isso é uma realidade, porque você tem ali na cidade o campus universitário, essa disponibilidade. Mas, me parece que falta, às vezes, uma parceria efetiva de produção de conhecimento. Teria que ser uma política de formação. Nós temos muitas iniciativas individuais, professores, docentes que têm projetos, que vão até a instituição arquivística trabalhar. Ou profissionais dessas instituições arquivísticas que são também docentes na universidade, e que fazem essa ponte. Mas acabam fazendo essa ponte muito mais individualmente, por 'n' questões, do que do ponto de vista corporativo, organizacional, institucional, com a sua área de atuação ali dentro da instituição arquivística. Então, isso é uma dificuldade, eu acho que essa troca é muito importante pensando a universidade e arquivos.

Quando você fala em produção de conhecimentos também, tem o outro lado da moeda, o fomento que as instituições arquivísticas podem realizar junto, como a construção de ferramentas, de meios de divulgação científica, de meios de construção de conhecimento, inclusive que vá a público.

Por exemplo, a iniciativa que vocês têm aqui na *Revista do Arquivo* é uma iniciativa hoje em dia de aproximação da entidade Arquivo Público do Estado de São Paulo com o ambiente universitário, na medida em que vocês têm um processo de aplicação de submissão de artigos científicos, de experiências acadêmicas, de montagem de dossiês temáticos sobre determinadas experiências. Com isso, cria-se um ambiente de fomento à prática, e à questão da discussão teórica na área, o que é muito relevante. Um relato de experiências, que isso seja o fomento de divulgação científica, de contato do que se faz na área, e da transmissão disso para um público maior; um público de arquivistas, mas que atinge a universidade também, até como fonte da própria universidade se colocar em espaços mais próximos da realidade e da atuação arquivística. O que é diferente, por exemplo, comparando as revistas, da gente mandar um artigo com temática arquivística para uma revista da área da Ciência da Informação. É muito válido, lógico que é válido; é importante? Lógico que é importante cientificamente, eu não questiono isso. Mas os arquivos têm esse papel também, essa possibilidade. Eu defendo muito também uma coisa que no Rio de Janeiro, no Arquivo Nacional, é mais forte, que são os prêmios para pesquisas desenvolvidas dentro daquela instituição arquivística. É óbvio que só as grandes instituições arquivísticas conseguem fazer isso, mas é possível fazer em instituições arquivísticas regionais ou locais, numa aproximação com a sociedade, e construção de conhecimento no âmbito da sociedade. Não só construção de conhecimento universitário, mas a formação de professores para o ensino básico, para as aulas de História. A Ação Educativa é muito importante dentro dos arquivos, esse fomento à atividade educacional, a formação para a valorização do patrimônio, que é uma coisa que o Brasil precisa muito. Eu acho que essa troca de conhecimentos e expertises ela é sempre muito relevante, sempre muito importante.

A importância dos periódicos em Arquivos



É possível dizer que temos uma pequena tradição de revistas dentro dos arquivos públicos no Brasil, mesmo que limitadas a algumas instituições. A revista do Arquivo Público Mineiro é centenária. A revista do Arquivo Nacional, embora seja mais recente, dos anos 1980, tem origem na iniciativa de publicações que também remonta ao século XIX; mesmo a revista do Arquivo Público do Estado de São Paulo, se contarmos todas as idas e vindas, são muitos anos, de diferentes formatos, e sempre se reconfigurando. Eu concordo que nas instituições executivas, não científicas, elas têm muito mais dificuldades de manutenção. Vocês estão sempre subordinados a demandas da administração pública. Às vezes, a última coisa que a administração pública acha que é prioritário é a existência de um periódico científico, ou de um periódico de divulgação dentro da organização.

Mas eu acho que é relevante falar que as revistas têm um papel de popularização da área entre os usuários do arquivo, hoje em dia até entre o público leigo, como aquele cidadão comum que vai ao arquivo por outras razões que não para a pesquisa; o serviço de certidões, as exposições, a Ação Educativa, trazem outros públicos. E esse público, de uma certa maneira, acaba tomando contato com outras possibilidades de conhecimento. Então, a existência da revista é muito importante; mas é muito importante também a escolha do perfil editorial desta revista.

A revista de um departamento de uma universidade tem um caráter científico, necessariamente. No entanto, uma boa revista de um arquivo público pode optar por não ter o caráter científico. Mas, se a instituição optar por manter um periódico científico, isso é perfeitamente legítimo, correto e muito bom para nós, principalmente, que queremos publicar; é excelente. Ou ela pode escolher também ter um caráter de divulgação mais voltado ao público em geral, de divulgação dos arquivos, oferecendo uma leitura mais fácil, como um boletim. No próprio Arquivo do Estado houve um período em que existia o Boletim do Arquivo, que era um pouco menor, mais conciso, com texto mais coloquial, notícias mais leves, um pouco de várias seções diferentes. Esse tipo de publicação também tem um papel relevante a cumprir.

Por isso, eu vejo como muito necessária a existência das revistas dos arquivos, do papel da difusão editorial que os arquivos têm, que já é tradicional, e que é importante fortalecer. E escolher o perfil editorial adequado é importante para que essa revista tenha longevidade. Seria muito bom manter uma seção científica dentro dela, mas ter colunas mais voltadas para a sociedade de um modo geral, uma leitura mais fácil que pudesse atingir um público maior.

De fato, a 'Revista Histórica' atendia um público usuário do arquivo, como historiadores e cientistas sociais que pesquisam ali, mas que não mostrava o que é o arquivo. Ou seja, além de apresentar as pesquisas baseadas no acervo, uma revista de arquivo precisa também demonstrar o que é ser arquivo, o que faz um arquivo, quais são as suas questões relevantes. Inclusive, para esse pesquisador que vem pesquisar entenda como ele funciona.

Ou seja, a capacidade do arquivo de mostrar o que ele faz, é também a capacidade do arquivo de ensinar um pouquinho ao historiador o que ele tem de levar em conta na hora de produzir história. Muitos historiadores não têm isso, não têm essa percepção.

A capacitação de arquivistas em nível técnico é fundamental



Já me referi nesta entrevista sobre a limitação de formação de arquivistas em nível superior para suprir a demanda de todos os profissionais que são necessários nos arquivos ao redor do país. Nós temos um volume de trabalho muito grande, em todos os arquivos. Vamos começar por aí: o Brasil tem 5.570 municípios, se é que não aumentou um pouquinho. Ou seja, só aí nós precisaríamos ter 5.570 arquivistas, ou mais, só no âmbito do poder executivo municipal, porque em cada prefeitura precisaríamos de dois ou três. Ou seja, 10.000 arquivistas aí, só para atender os Arquivos Municipais. Nem se consegue tão rapidamente essa formação, nem se consegue que em todos os locais exista vários arquivistas. E o arquivista tem esse papel gestor, mas há um volume de trabalho técnico, de "mão na massa" ali, enorme. Eu trabalhei muitos anos ali, com a mão na massa, literalmente, organizando caixas, organizando documentos, ordenando documentos; passei meses da minha vida numa sala ordenando cartões de ponto. Ou seja, há um trabalho técnico de nível que não é o da graduação e que precisa ser feito em volume muito grande; e nós não temos profissionais habilitados.

A existência de cursos técnicos em arquivo e a valorização desse profissional, em parceria com o arquivista graduado, seria uma ampliação fantástica, fenomenal da capacidade de atuação dos profissionais no ambiente arquivístico.

Eu até acredito que em algum momento possa ter havido algum tipo de preconceito com relação à existência desse curso técnico, até por conta da reserva de mercado, mas ele é absolutamente importante e necessário, há espaço. Só na medida em que nós formarmos tanto técnicos de arquivo, quanto arquivistas graduados, e essas pessoas forem ao mercado, é que vamos conseguir espalhar e ampliar a compreensão da importância dos arquivos, justamente por causa da formação. É muito importante, é muito necessário, mas não temos iniciativas. A única iniciativa efetiva – de Curso Técnico em Arquivo – é a do Centro Paula Souza⁴, no Brasil. Então ainda é pouco, ainda precisa de incentivo, ainda precisa de fomento.

O desequilíbrio de valores em relação às profissões



Nós temos um problema no Brasil como um todo, de compreensão da estrutura de formação profissional do país. Nós temos excesso de advogados, excesso de administradores; principalmente em relação aos administradores é uma comparação que eu faço sempre. Nós não teremos espaço para todos os administradores que saem formados das faculdades, tanto públicas quanto privadas. O que acontece é que os cursos são realizados no Brasil para toda a sociedade; nós temos um excesso de administradores, em todos os âmbitos. Ao passo em que, para o excedente de administradores, nós temos uma falta de outras profissões, dentre elas, os arquivistas; nós precisaríamos de mais arquivistas.

Mas a sociedade brasileira, e aí é uma opinião pessoal, baseada em percepção meramente empírica, parece valorizar somente algumas poucas profissões do cânone profissional do país, que representam algum tipo de status social. Se pegarmos os cursos tradicionais, a Medicina e as Engenharias no topo, o Direito e a Administração, e depois dessas, outras disciplinas ou áreas que são técnicas, por exemplo, Comunicação

⁴ O Curso Técnico em Arquivo foi elaborado, numa parceria entre o Centro Paula Souza e o Arquivo do Estado, e funciona desde 2018 na ETEC Parque da Juventude, em Santana, na Zona Norte da cidade de São Paulo. Para saber mais, acesse: <https://www.cps.sp.gov.br/cursos-etec/arquivo/>

e Marketing, que teve uma fase de boom; a Psicologia também tem uma busca muito grande, é muito interessante se você olhar a relação candidato-vaga dos cursos das universidades.

Eu estava prestando atenção esses dias na Unesp, que é uma universidade bem espalhada, tem muitos cursos diferentes, as relações candidatos-vaga são muito impressionantes: em alguns casos, 60, 70, 100 candidatos para cada vaga. Ou seja, a busca é sempre por determinados cursos muito específicos e você tem uma abrangência de outros cursos, que às vezes ficam sub-representados na sociedade. Mas tem uma série de questões, tanto da formação, quanto do aspecto econômico, do ambiente estrutural da sociedade como um todo, e que isso acaba acontecendo dessa forma. Mas precisamos de técnicos. Realmente precisamos!

A transversalidade do documento de arquivo



Para encerrar, eu só queria reforçar uma ideia sobre a qual falamos brevemente no começo, que é a compreensão da interface do documento de arquivo em todas as áreas do conhecimento, que é a pesquisa. Ela tem um papel muito importante, na medida em que o aluno que vai estudar qualquer tema, ele vai precisar de documentos; a pesquisa documental existe como método, e é feita com documentos de arquivo ou com documentos produzidos no âmbito das administrações, sejam quaisquer que forem, e aí esse tipo de pesquisa é usado para embasar construção de conhecimento também.

Então, quando nós conseguirmos fazer com que a sociedade como um todo perceba que tudo isso está interligado, que todas as formações profissionais, e todas as atuações profissionais podem e devem absorver essa existência do documento enquanto fonte de informação, enquanto fonte para a análise das instituições, nós teremos profissionais mais bem formados; isso na Arquivologia, na Biblioteconomia, na Ciência da Informação, mas também no Direito, na Administração, nas Ciências Contábeis. Eu tenho alunos estudando o valor da informação contábil, usando documentos contábeis para analisar a tomada de decisão dos gestores. Ora, ele precisa do balanço, ele precisa do demonstrativo financeiro, ele precisa desses documentos para conseguir interpretar a vida da organização.

O documento de arquivo passa por tudo isso; falta mostrarmos que a formação desses profissionais também passa pelo entendimento e pela valorização dos documentos. Às vezes, esquecemos isso no Brasil, e o público em geral sequer compreende, porque não foi instado a compreender o valor dos documentos.